



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

MILENA DOS SANTOS XAVIER

**REFLEXÕES HISTÓRICAS SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO PARAIBANA ENTRE
AS DÉCADAS DE 1980 E 1990**

**CAMPINA GRANDE - PB
2021**

MILENA DOS SANTOS XAVIER

**REFLEXÕES HISTÓRICAS SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO PARAIBANA ENTRE
AS DÉCADAS DE 1980 E 1990**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento do Curso
de História da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof. Dra. Patrícia Cristina de Aragão

**CAMPINA GRANDE - PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

X3r Xavier, Milena dos Santos.
Reflexões históricas sobre a industrialização paraibana entre as Décadas de 1980 e 1990 [manuscrito] / Milena dos Santos Xavier. - 2021.
22 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2021.
"Orientação : Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão ,
Coordenação do Curso de História - CEDUC."
1. Economia. 2. Industrialização. 3. Produção agrícola. I.
Título

21. ed. CDD 981.33

MILENA DOS SANTOS XAVIER

REFLEXÕES HISTÓRICAS SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO PARAIBANA ENTRE
AS DÉCADAS DE 1980 E 1990

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento do Curso
de História da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de Licenciatura em História.

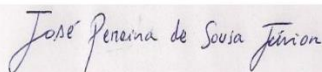
Área de concentração: Ensino de História

Aprovada em: __18__/_09__/_2021__.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Patrícia Cristina de Aragão (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior (UPE)



Prof. Dr. Dr. Matusalém Alves de Oliveira (UEPB)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 ENTRE A COLÔNIA E O IMPÉRIO: PERCURSOS HISTÓRICOS QUE INSTRUMENTALIZARAM A INDUSTRIALIZAÇÃO.....	6
3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO NA PARAÍBA: ANÁLISES ENTRE OS ANOS 80 E 90 DO SÉCULO XX.....	16
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
REFERÊNCIAS.....	19

REFLEXÕES HISTÓRICAS SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO PARAIBANA ENTRE AS DÉCADAS DE 1980 E 1990

Milena dos Santos Xavier¹
Patrícia Cristina de Aragão²

RESUMO

O processo de estruturação do setor industrial no Estado da Paraíba tem suas bases históricas fundamentadas em uma economia essencialmente agrícola, que emergiu em um contexto de intensas disputas tanto pela ocupação territorial, como também de adequação ao modelo econômico capitalista em expansão no transcorrer dos séculos XIX e XX. Dessa forma, as abordagens historiográficas que discutem a problemática, classificam o desenvolvimento da indústria paraibana como emergente, atrasada e tardia, na qual são evidenciadas tanto as desigualdades espaciais do setor, como também a desestruturação das relações de trabalho. Nesta perspectiva, este estudo tem como objetivo analisar os aspectos relacionados ao desenvolvimento da indústria de transformação na Paraíba, buscando realizar uma estreita observância aos seus espectros historiográficos, as implicações e os impactos resultantes do binômio capital-trabalho. Para alcançar o objeto proposto, foi desenvolvida uma pesquisa de revisão bibliográfica, estruturada a partir da catalogação, análise e síntese de trabalhos que visam investigar o contexto histórico da industrialização do Estado da Paraíba. Dessa forma, a pesquisa fundamenta-se em autores como Polari (2012), Herckmans (1886), Freyre (2001), Marx (1987), Decca (1985) dentre outros. O estudo apontou que o setor industrial paraibano sofreu importantes transformações nas últimas décadas, motivado principalmente pela interferência do setor público na concessão de recursos e isenções fiscais. Entretanto, dado o contexto histórico no qual se ergue, a indústria paraibana ainda representa um elo fraco da economia nacional, cujos principais problemas se revelam principalmente na concentração industrial nos grandes centros urbanos do Estado, enquanto nos espaços periféricos formam-se nichos elevados de pobreza e reduzidos índices de desenvolvimento humano e socioeconômicos.

Palavras-chave: Economia. Industrialização. Produção Agrícola.

ABSTRACT

The process of structuring the industrial sector in the State of Paraíba has its historical bases based on an essentially agricultural economy, which emerged in a context of intense disputes both for territorial occupation, as well as adaptation to the expanding capitalist economic model in the course of the XIX century and XX. Thus, the

¹ Graduanda em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (Campus I). E-mail: milenaxavier.1712@gmail.com.

² Professora do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (Campus- I). Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (Campus – I). E-mail: patriciaaragao@servidor.uepb.edu.br.

historiographical approaches that discuss the problem classify the development of the industry in Paraíba as emerging, backward and late, in which both the sector's spatial inequalities are evidenced, as well as the de-structuring of labor relations. In this perspective, this study aims to analyze the aspects related to the development of the manufacturing industry in Paraíba, seeking to closely observe its historiographical spectrum, the implications and impacts resulting from the capital-labor binomial. To reach the proposed object, a bibliographical review research was developed, structured from the cataloguing, analysis and synthesis of works that aim to investigate the historical context of the industrialization of the State of Paraíba. Thus, the research is based on authors such as Polari (2012), Herckmans (1886), Freyre (2001), Marx (1987), Decca (1985) among others. The study pointed out that the industrial sector of Paraíba has undergone important transformations in recent decades, mainly motivated by the interference of the public sector in the granting of resources and tax exemptions. However, given the historical context in which it is built, the industry of Paraíba still represents a weak link in the national economy, whose main problems are revealed mainly in the industrial concentration in the large urban centers of the State, while in the peripheral spaces high niches of poverty are formed. and reduced human and socioeconomic development indices.

Keywords: Economy. Industrialization. Agricultural Production.

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de se investigar os aspectos relacionados ao desenvolvimento da indústria de transformação no Estado da Paraíba advém da urgência em suprir uma profunda escassez de estudos de revisão que tenham como objetivo analisar como a economia do Estado vem se estruturando, com ênfase principalmente em seus aspectos historiográficos.

O interesse por esse campo de investigação não ocorreu de forma isolada e é parte integrante da profunda vontade em compreender alguns dos elementos históricos e sociais que contribuíram com a transformação do cenário econômico regional, no qual se revelam de maneira contumaz às fragilidades dos setores econômicos emergentes, reforçando a completa dependência da força laboral às demandas impostas pelo neoliberalismo, cuja natureza se revela na reorganização das relações de trabalho, na ampliação da formação de cunho tecnicista e na absorção de mão de obra barata para atender as urgências imposta pelo capital.

Nesse campo de transformações, o espectro histórico do desenvolvimento econômico da Paraíba confunde-se com a própria organização geopolítica e espacial do Estado, na qual pode-se observar uma relação simbiótica entre nichos desenvolvimentistas em processo de consolidação e as profundas desigualdades socioeconômicas cunhadas no esteio social ao longo de toda a sua formação e com reflexos visíveis no contexto atual.

Nesta perspectiva, considerando a conjuntura relacionada à reestruturação do setor industrial na Paraíba, este artigo de revisão tem como objetivo geral analisar as perspectivas históricas relacionadas ao desenvolvimento da indústria de transformação no Estado, buscando articular estas mudanças e suas implicações e impactos no mundo do trabalho. Para além do objetivo geral, a elaboração da pesquisa busca alcançar os seguintes objetivos específicos: verificar a expansão fabril a partir dos anos de 1980 e 1990 e as mudanças socioeconômica ocorridas no

período; discutir a conjuntura no mundo do trabalho, com ênfase no desenvolvimento fabril, buscando analisar em que medida a expansão industrial alterou essas relações.

Este trabalho se situa no campo dos estudos históricos em interface com as questões econômicas a partir de uma abordagem historiográfica em torno do tema industrialização e mundos do trabalho no contexto da realidade paraibana. Trabalhamos a partir dos estudos desenvolvidos por Polari (2012), Herckmans (1886), Freyre (2001), Marx (1987), Decca (1985) dentre outros.

Metodologicamente, partimos de uma pesquisa de revisão bibliográfica e documental, em que utilizamos como fontes de investigação trabalhos já publicados, a exemplo de artigos, monografias, relatórios técnicos desenvolvidos por órgãos do setor econômico e documentos que versam sobre o desenvolvimento industrial no Estado da Paraíba.

Sobre o método de pesquisa adotado, trabalhamos com a proposta desenhada por Gil (2007), que adota como método para a construção dos trabalhos de revisão bibliográfica um conjunto de etapas, sendo elas: escolha do tema, levantamento bibliográfico, elaboração do plano provisório do assunto, busca das fontes, leitura do material e a redação do texto final.

O trabalho está organizado em três seções complementares. Na primeira foi realizada uma síntese sobre o processo de desenvolvimento econômico do Estado da Paraíba, traçando um panorama sobre os seus diferentes ciclos econômicos e como esses estágios influenciaram no processo de industrialização. Em um segundo momento, discute-se sobre a expansão industrial na Paraíba, com ênfase tanto na perspectiva sócio-histórica, como também política, tendo em vista que esta relação tem papel preponderante no desenvolvimento econômico-industrial do Estado. Por fim, são tecidas algumas considerações sobre a dinâmica do mercado de trabalho paraibano e como o setor industrial está inserido nessa dinâmica, cujas transformações ocorreram em um contexto de mudanças na própria conjuntura nacional, que foi fortemente influenciada pelos ditames do modelo econômico neoliberal em expansão no Brasil.

2 ENTRE A COLÔNIA E O IMPÉRIO: PERCURSOS HISTÓRICOS QUE INSTRUMENTALIZARAM A INDUSTRIALIZAÇÃO

Neste tópico são levantadas algumas considerações sobre o processo de desenvolvimento econômico do Estado da Paraíba, demonstrando que este possui suas bases históricas ancoradas numa profunda dependência dos setores externos, com uma produção primário-exportadora latifundiária ora voltada para o atendimento das demandas internas, ora para os interesses do capital estrangeiro.

De acordo com Polari (2012), a economia do Estado da Paraíba se caracteriza historicamente como uma estrutura frágil, um subproduto do modelo econômico capitalista implementado no Brasil no final do século XIX.

Essa relação de subordinação ao capital externo pode ser evidenciada na própria análise da constituição historiográfica do espaço geopolítico do Estado, mais especificamente no Período Colonial, com a entrada dos Holandeses em 1624 e consequente expansão do cultivo canavieiro e o aumento do número de engenhos produtores de açúcar (HERCKMANS, 1886).

Nesta perspectiva, a relação estabelecida nos primórdios da constituição econômica do Estado é discutida no âmbito da historiografia regional como um processo marcadamente conflituoso, motivado principalmente pelo interesse entre os

portugueses e holandeses na exploração extrativista dos recursos disponíveis, na dominação étnico-cultural dos povos nativos e larga exploração da mão de obra escrava e indígena aqui existentes.

Ao discorrer sobre a dinâmica socioeconômica nos primórdios da industrialização no espaço nordestino nos idos do século XIX, no qual abarcam-se também as tramas ocorridas no Estado da Paraíba, Freyre (2001, p. 28-29) aponta que os engenhos de cana de açúcar, postos como os primeiros lampejos da industrialização aqui instalados, se constituem em um:

[...] complexo sociocultural que se construiu na zona florestal úmida do litoral nordestino do Brasil, com base na monocultura latifundiária de cana de açúcar, na força de trabalho escrava, quase exclusivamente negra; na religiosidade católica impregnada de crenças indígenas e de práticas africanas; no domínio patriarcal do senhor de engenho, refluído na casa grande (FREYRE, 2001, p. 28-29).

Nesta perspectiva, como é condição típica do modelo econômico capitalista, a tônica desenvolvimentista ocorrida na Paraíba em seu estágio embrionário é moldada no bojo das tensões entre forças hegemônicas distintas, que visam tanto a apropriação do espaço geográfico, como a exploração massiva e a acumulação de riquezas como uma consequência nefasta desse fatídico processo.

Segundo Furtado (1969, p. 256)

[...] um sistema econômico é essencialmente um conjunto de dispositivos de regulação, voltados para o aumento da eficácia no uso de recursos escassos. Ele pressupõe a existência de uma ordem política, ou seja, uma estrutura de poder fundada na coação e/ou no consentimento. No presente, a ordem internacional expressa relações, consentidas ou impostas, entre poderes nacionais, e somente tem sentido falar de racionalidade econômica se nos referimos a um determinado sistema econômico nacional. A suposta racionalidade, mais abrangente, que emerge no quadro de uma economia transnacionalizada, não somente é de natureza estritamente instrumental, como também ignora custos de várias ordens internalizados pelos sistemas nacionais em que ela se insere. Em realidade, a empresa transnacional não passa de um corte horizontal nas estruturas nacionais de poder, cuja capacidade de autorregulação é, em consequência, reduzida. Sua única legitimidade se funda no fato de que os serviços que ela opera aumentam a eficiência dos sistemas nacionais em que opera.

Em se tratando da organização do sistema econômico paraibano, em todos os seus ciclos, sua reestruturação reflete bem esse pensamento, pois possui em sua gênese todos os elementos típicos para reprodução das desigualdades inter-regionais em favor de uma economia transnacionalizada, hegemônica e completamente desvinculada de qualquer outro grande interesse social, se não apenas o de acúmulo e evasão de capital.

Ao analisar as perspectivas historiográficas da economia paraibana, Carvalho et al (2014, p. 3) destacam que:

A guerra de expulsão dos holandeses provocou uma forte reviravolta nesse processo com a destruição dos canaviais e dos engenhos. Após a expulsão dos holandeses, houve certo ressurgimento da atividade

econômica da Paraíba com a ampliação rápida do número de engenhos que foram implantados e o processo de penetração do povoamento para o interior do Estado no final do século XVII. Este surto de crescimento não conseguiu resistir à crise da economia açucareira decorrente da expansão dessa atividade nas Antilhas. A situação de dificuldades por que passou a Paraíba vai ganhar maior dimensão com a incorporação da capitania da Paraíba à capitania de Pernambuco durante a segunda metade do século XVIII.

Entretanto, com a intensificação do processo de interiorização ocorrido no transcorrer dos séculos XVIII e XIX, a dinâmica socioeconômica do Estado da Paraíba foi sensivelmente alterada, passando abruptamente da monocultura da cana de açúcar para a cultura algodoeira. Com o aumento vertiginoso no fluxo migratório das regiões litorâneas para o interior, o algodão tornou-se um importante produto agroexportador do Estado, atendendo principalmente às demandas do setor têxtil manufatureiro externo.

De acordo com Feitosa (2010) um dos fatores associados ao aumento da valorização da cultura algodoeira na Paraíba deve-se principalmente à estagnação comercial e desvalorização do açúcar refinado no Estado, que devido aos altos custos de produção passou a perder mercado para o açúcar batavo.

Segundo Aquino (1993), em um estágio primário da produção açucareira e algodoeira, ambos competiam economicamente praticamente em condições de igualdade. Entretanto, dadas as exigências do mercado internacional, o algodão vai pouco a pouco adquirindo vantagens sobre o açúcar e antes do término da primeira metade do século XIX, já figurava como matéria prima básica das exportações realizadas no Estado da Paraíba.

Dessa forma, assim como ocorreu com a ascensão da produção açucareira, o processo de transição para o cultivo massivo de algodão foi fortemente impulsionado pelos interesses econômicos industriais externos. Entretanto, no contexto geográfico local, é salutar destacar que tanto o cultivo do algodão quanto a produção de açúcar no Estado da Paraíba baseavam-se em um sistema de produção agromanufatureiro arcaico e completamente dependente de pouca ou nenhuma tecnologia para produção em larga escala.

Não há de se falar, portanto, em uma relação de produção massivamente industrializada, diferente do ocorrido nos países europeus durante o século XVII, em que a economia de transição vai ocorrer de forma abrupta, passando drasticamente de um sistema essencialmente agrícola para um modelo fabril, impulsionado pelo uso das máquinas como fator de aumento da produção, reestruturação da força de trabalho e integração do mercado global de consumo.

Podemos dizer, então, que o desenvolvimento econômico industrial do Estado da Paraíba ocorreu de forma extremamente lenta, mas com efeitos visceralmente danosos do ponto de vista da alienação e subserviência forjada aos ditames impostos pelo neoliberalismo clássico emergido em decorrência da Revolução Industrial no século XVII.

Em Marx (1987, p. 439) é possível encontramos uma abordagem mais alinhada com essa problemática, quando diz que:

Na manufatura, a organização do processo de trabalho é puramente subjetiva, uma combinação de trabalhadores parciais. No sistema de máquinas, tem a indústria moderna o organismo de produção inteiramente objetivo que o trabalhador encontra pronto e acabado como condição material da produção. Na cooperação simples e

mesmo na cooperação fundada na divisão do trabalho, a supressão do trabalhador individualizado pelo trabalhador coletivizado parece ainda ser algo mais ou menos contingente. A maquinaria, com exceções a mencionar mais tarde, só funciona por meio de trabalho diretamente coletivizado ou comum. O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se uma necessidade técnica imposta pela natureza do próprio instrumental de trabalho.

Ao analisar o desempenho histórico da economia Paraibana, com ênfase principalmente em sua capacidade produtiva, Carvalho, Moreira e Farias (2014, p. 3) apontam que:

[...] a difusão e expansão da lavoura algodoeira durante o século XIX, embora tenha imprimido uma dinâmica de crescimento, particularmente com o adensamento populacional na região semiárida, de modo particular na região agrestina, não chegou a distinguir a economia paraibana no contexto regional, uma vez que a expansão da cotonicultura foi comum a todos os Estados nordestinos.

Em contrapartida, Carvalho et al (2014, p. 3) reforça ainda que em função do aumento no fluxo migratório das regiões litorâneas para o interior, deu-se por consequência também a expansão da pecuária, que outrora figurava como subsistema econômico atrelado a produção de açúcar nas zonas canavieiras, servindo majoritariamente como criadouros de subsistência.

Neste sentido, é relevante destacar que mesmo sendo considerada uma atividade importante do ponto de vista da subsistência da colônia, o deslocamento da bovinocultura das zonas de produção canavieira existentes no litoral para o sertão possuía duas finalidades bem definidas: primeiro contribuir com adensamento populacional das regiões interioranas, pois a criação era fundamental para o fornecimento de leite, carne, couro e outro derivados. A segunda finalidade para o aumento no deslocamento da bovinocultura rumo ao interior do Estado deve-se ao fato de que tornou-se inviável conciliar a pecuária com o cultivo de cana de açúcar, principalmente porque em termos comparativos a produção açucareira, mesmo em crise, ainda possuía maior viabilidade econômica do que a criação de gado (PEREIRA, 2017).

Neste contexto, considerando a dinâmica econômica em curso no final do século XIX, Carvalho et al (2014) destaca que o deslocamento da pecuária rumo ao sertão teve um impacto pouco significativo em termos econômicos e mais representativo em termos de apropriação do espaço.

Em síntese, pode-se afirmar que o desenvolvimento econômico da Paraíba nesse primeiro momento deu-se segundo os princípios de uma economia de caráter predominantemente agroexportadora. Dessa forma, não se pode falar na existência de atividade industrial, mas sim, de uma economia de base primária, emergida entre o litoral e a mata paraibana sob a égide do latifúndio monocultor e exportador, até hoje remanescente (SILVA, 2014).

Pensamos aqui uma síntese histórica sobre a industrialização no Estado da Paraíba, com ênfase em seus aspectos estruturais, econômicos e sociais. Dessa forma, partimos do princípio de que se em seus primórdios à industrialização paraibana esteve condicionada a um desenvolvimento de natureza marcada por aspectos rudimentares, voltada para uma economia quase que exclusivamente agrária, em seu contexto atual os reflexos dessa economia letárgica se mostra de

forma bastante expressiva, revelando a própria desorganização política do Estado na condução de uma agenda própria e independente dos ditames impostos pelo neoliberalismo que assolou a economia brasileira no transcorrer dos anos 1990.

Nesse contexto de transformações, é relevante destacar que o setor industrial representa, no âmbito da lógica capitalista, um elo importante para a economia nacional e o seu desenvolvimento integra tanto o uso de tecnologias, como também planejamento estratégico que viabilize a instalação de conglomerados industriais que diversifiquem a malha produtiva (POCHMANN, 2016).

Entretanto, por se tratar de uma economia emergente, na qual existe uma maior dependência do capital externo e um risco mais elevado de investimentos, a estruturação do setor industrial na Paraíba é conceituada como uma economia de cunho residual, ou seja, sua malha industrial mais expressiva tem sua origem de forma paralela ao desenvolvimento e expansão dos grandes centros urbanos, nos quais a circulação de renda é mais expressiva. Nesse processo, destacam-se historicamente como polos econômicos ativos primários do Estado da Paraíba as cidades de Campina Grande, João Pessoa, Santa Rita, Patos e Sousa (SILVA, 2014).

De acordo com Albuquerque e Moreira (2016) o setor industrial está organizado em quatro grandes subsetores da economia, sendo eles o de Serviços Industriais de Utilidade Pública, Indústria da Construção Civil, Indústria Extrativa e, por fim, a Indústria de Transformação.

Esse último setor, foco de análise deste estudo, é um dos mais relevantes em função do caráter histórico que assume em consequência das transformações econômicas advindas da Revolução Industrial a partir da segunda metade do século XVIII na Europa.

Essa revolução é expressa principalmente no uso das máquinas como meio de expansão da produção. Dessa forma, além de reduzir drasticamente o tempo de trabalho, a utilização das máquinas também maximizou a capacidade produtiva, uma vez que os trabalhadores que as manipulam tornam-se especializados na realização de um ou mais conjuntos de tarefas específicas, elevando assim os níveis de habilidades técnicas (SMITH, 1996).

Por outro lado, essa condição imposta pelo capitalismo se revela no contexto das economias periféricas, a exemplo da paraibana, como parte de um processo de alienação no qual as intenções veladas impostas pelo capitalismo ocorrem com base em uma lógica hegemônica, na qual tanto o Estado como os trabalhadores que ofertam sua força de trabalho tornam-se subservientes aos ditames da lógica neoliberal.

Nesta perspectiva, Decca (1985, p. 32) afirma que:

Por isso mesmo, na análise da historiografia, nada mais corriqueiro do que determinar a gênese da indústria e do capitalismo, no Brasil, no final do século XIX. no momento em que o país se reposicionou na órbita do mercado mundial, incorporando o processo de trabalho típico do capitalismo hegemônico e central. Entretanto, isto nos induz a enganos irreparáveis, posto que a existência de relações capitalistas deixa de ser percebida em determinadas formas de organização da produção e do trabalho que se produzem nas tais zonas periféricas do sistema. Nessa medida, nada mais corriqueiro do que encontrarmos análises nas quais o "capitalismo brasileiro" aparece dotado de qualificativos do tipo atrasado, tardio, dependente.

Esse posicionamento reflete de forma fidedigna o contexto histórico recente no qual encontra-se submergido o desenvolvimento da indústria de transformação paraibana, assim como sua posição no cenário econômico nacional, cuja visibilidade somente ocorreu nas últimas décadas como consequência de um conjunto de incentivos fiscais e políticos concedidos de forma mitigada.

Nesta perspectiva, ancorado em um processo de desenvolvimento industrial tardio e dependente da sua economia primária (cana de açúcar, algodão, couro etc.) a industrialização da Paraíba passou a obter relativa projeção no contexto da economia nacional somente a partir da década 1960. Essa projeção foi impulsionada principalmente pela criação dos distritos industriais de João Pessoa e Campina Grande, considerados dois polos importantes do desenvolvimento regional. A expansão do setor industrial foi possibilitada graças aos aportes financeiros oriundos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), responsável por ampliar a visibilidade econômica da região no âmbito nacional.

A criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, representou a instituição de uma política regional, que ia atrelar a economia nordestina ao processo de industrialização do país e tornar menos dependente das atividades exportadoras. Cabe destacar que os planos econômicos nacionais, até então, tinham por característica uma administração paternalista, cujos incentivos eram concentrados espacial e setorialmente de forma intencional. Essa constatação evidenciava a urgência na implementação de um planejamento regional que pudesse agir sobre os problemas socioeconômicos do Nordeste (CAVALCANTE; FEITOSA, 2019, p. 3).

É relevante destacar que a criação deste órgão buscou ressignificar o papel da economia do Nordeste, na tentativa de ajustá-la ao momento de euforia desenvolvimentista emergido no Brasil na década de 1960. No mesmo sentido, a criação deste órgão objetivou também dirimir a imagem histórica do Nordeste como uma região atrasada e colocada como uma escória da economia hegemônica do Sudeste, que teve seu processo de industrialização impulsionado fortemente pela economia cafeeira.

Nesta perspectiva, Carvalho (2018, p. 6) enfatiza que:

O processo de criação de um órgão planejador do desenvolvimento na região foi ajudado por várias circunstâncias: a seca de 1958, que revelava a ineficácia das instituições vigentes e suas políticas hidráulicas; o ambiente nacional de euforia desenvolvimentista do governo JK e seu Plano de Metas; a conjuntura democrática vivida no País desde a Constituição de 1946, com a entrada em cena dos movimentos sociais, principalmente o sindicalismo rural. Esses elementos combinados pressionaram para que, em seu programa, a SUDENE incluísse propostas que iam desde a industrialização regional à reforma agrária em áreas produtoras de alimentos.

Entretanto, mesmo considerando os estímulos ao desenvolvimento industrial ofertados ao Nordeste, a Paraíba continuou sendo vista no contexto nacional econômico do XIX como um Estado com baixa diversificação e incapaz de competir economicamente com outras unidades da federação em condições de igualdade (SILVA, 2014).

Essas disparidades inter-regionais podem ser melhores evidenciadas ao analisarmos os estudos desenvolvidos por Agra Filho (2011 p. 3) quando aponta que:

Os empecilhos políticos, os atrasos tecnológicos e os insucessos econômicos [...] impediam a Paraíba de ingressar no cenário da industrialização brasileira no século XIX. Pode-se vislumbrar, portanto, que o setor industrial era bastante insuficiente e insignificante para a economia do Estado, apresentava pouco mais de duzentos estabelecimentos, que majoritariamente eram micro-oficinas ou unidades fabris de caráter semiartesanal, empregando de cinco a dezenove trabalhadores em média por cada unidade.

Frente a este cenário desigual, evidencia-se que no limiar do século XIX para o século XX, a indústria paraibana ainda estava buscando estruturar suas bases. Entretanto, considerando a própria formação sócio-histórica, política e econômica do Estado, assim como suas profundas disparidades sociais, o desenvolvimento industrial caminhava a passos lentos.

Nesse processo de transição, começou a emergir no Estado da Paraíba algumas indústrias de porte médio, principalmente na região metropolitana de João Pessoa, a exemplo de Santa Rita, que se destaca principalmente nos segmentos de beneficiamento de couro, algodão e fabricação de produtos têxteis. Nos anos de 1891, Santa Rita detinha um percentual significativo da produção industrial da Paraíba, contabilizando mais de trezentos teares e empregando cerca de seiscentos trabalhadores. Além desse município, o setor da indústria têxtil também começa a despontar em outras regiões do Estado. No município de Mamanguape, região da Mata Paraibana, funda-se em 1924 a Fábrica Têxtil Rio Tinto, com setecentos teares. Também começam a surgir as indústrias de pequeno porte em outras cidades, a exemplo de Areia, região do brejo paraibano, e Campina Grande, que se revela como uma das cidades mais relevantes da economia paraibana (AGRA FILHO, 2011).

Fundada em 1697, Campina Grande tornou-se um dos polos industriais mais importantes do Estado da Paraíba, tanto pela sua localização geográfica privilegiada, entre o sertão e o litoral, como também pelo clima propício à produção agrícola, principal condutor do seu desenvolvimento.

Ao discutir sobre o processo de formação histórica e econômica de Campina Grande, Pereira (2016, p. 1) aponta que o município:

[...] adquiriu esse nome devido as suas primeiras habitações terem surgido em uma grande campina. Em 1769 foi criada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, que passou a ser chamada de Vila Nova da Rainha em 1790. Da feira de gado, a cidade transformou-se no segundo maior polo exportador de algodão do mundo, na virada do século XIX para o XX. A cultura do algodão promoveu uma verdadeira revolução no município, possibilitando-o ser “a maior cidade de interior do Nordeste”. O comércio do algodão superou o processo produtivo agropecuário, tornando a cidade um centro comercial, cuja principal mercadoria era o algodão. O declínio da atividade algodoeira no município (pós-1940) abrirá espaço para as atividades industriais.

Assim como grande parte das cidades paraibanas, Campina Grande tem sua economia fundamentada primariamente na produção agrícola e na bovinocultura que, conforme apontamentos já realizados, teve um papel preponderante no processo de adensamento populacional das regiões interioranas do Estado. Entretanto, ao

contrário de outros municípios, a projeção econômica e industrial da cidade parece dotada de um dinamismo muito mais expressivo, chegando inclusive a ter desempenhos produtivos muito mais significativos do que a própria capital paraibana João Pessoa.

Dentre os setores que contribuíram de forma mais expressiva com o surgimento e expansão industrial de Campina Grande, destaca-se à produção têxtil, que é parte também de um processo de integração da economia regional fortemente associado a cultura algodoeira.

Nesta perspectiva, conforme aponta Sousa (1996, p. 74):

Com a estruturação da agricultura campinense, com as famigeradas feiras de gado no município e nas circunvizinhanças e com a vinda de pessoas para esta cidade, começa-se o processo de beneficiamento de alguns produtos de importância para o Estado. Com isto surgiram as primeiras fábricas em Campina Grande, como foi o caso das fábricas de beneficiamento de algodão e de sisal. Com o advento do setor de transformação, surgiram a SANBRA, a ANDERSON CLAYTON, ZÉ MARQUES de ALMEIDA e poucas outras empresas que tinham a finalidade de beneficiar os produtos da terra para uso doméstico e até mesmo exportar. Foi desta forma que apareceu a indústria campinense, mas sem esquecer a sua vocação comercial que sempre teve.

Como consequência do seu dinamismo econômico, social, histórico e cultural, Campina Grande passa a figurar como um espaço aberto ao desenvolvimento e na segunda metade do século XX ver sua população crescer vertiginosamente, graças ao aumento no fluxo migratório das cidades circunvizinhas. Com o aumento dos investimentos em educação e infraestrutura, Campina Grande passa a integralizar seu projeto de desenvolvimento urbano ao setor industrial, inserindo-se definitivamente no modelo econômico capitalista (ARAÚJO, 2015).

É relevante pontuar que o crescimento outrora citado da indústria tanto em Campina Grande como nos demais municípios paraibanos, também fazem parte de um conjunto de medidas governamentais que visaram projetar a região do Nordeste no cenário econômico nacional, buscando ressignificar o seu potencial e atrair novos investimentos.

Neste sentido, entre as décadas de 1980 e 1990, graças aos pacotes governamentais de incentivos fiscais, a efetivação do processo de distribuição espacial da indústria atingiu a região do Nordeste de forma mais efetiva. Esse processo vai ocorrer a partir de dois estágios específicos: o primeiro visa conduzir e intensificar o mercado interno nacional, mais precisamente o mercado regional. O segundo, por sua vez, está no interesse em estabelecer subsídios fiscais na região para concorrer com a produção do mercado externo, especificamente os países asiáticos.

Na Paraíba, um dos principais instrumentos de estímulo ao desenvolvimento econômico regional foi a criação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba (FAIN), órgão responsável pela concessão de isenção fiscal e apoio financeiro as empresas interessadas em instalar suas plantas industriais no Estado por períodos variáveis entre 15 e 30 anos.

A responsável pela execução da política industrial do Estado da Paraíba é a CINEP, vinculada à Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico (SETDE), que atua conjuntamente com

a Secretaria Estadual da Receita (SER). O estado concede incentivos fiscais e financeiros as firmas que operam no setor industrial, com a finalidade de estimular a instalação, ampliação, realocação e modernização. Tais benefícios são possíveis por meio do FAIN, que é administrado pela CINEP. O FAIN foi instituído pela Lei nº 4856 de 29 de julho de 1986, e consolidado a partir do Decreto nº 17.252 de 29 de dezembro de 1994. O programa direciona-se à concessão de crédito presumido sobre o ICMS a ser recolhido pelas firmas, com percentuais variando entre 48% e 74,25%, permanecendo por um período de 15 anos prorrogáveis por igual período. Os principais objetivos do programa estão focados no aumento do número de empreendimentos e no melhoramento das condições de absorção da mão-de-obra do estado. Para pleitear o incentivo fiscal, a empresa interessada deve apresentar seu projeto de investimento ao CINEP, que avaliará somente os empreendedores que não estejam com pendências junto à SER-PB e àqueles que não participam do regime de pagamento tributário Simples Nacional. Após a avaliação da viabilidade econômica do projeto, a CINEP emite um parecer ao Conselho Deliberativo do programa, que será votado em reunião presidida pela SETDE-PB e composto por representantes do setor público e de órgãos classistas (GONÇALVES et al. 2018, p. 4).

Apesar dessas políticas terem um caráter regulador das atividades industriais no Estado, cabe pontuar que na prática a lógica prevalente é a do capital financeiro empregado, ou seja, os interesses privados não se submetem de forma fidedigna aos objetivos estabelecidos no programa.

De acordo com Carvalho (2018, p. 8):

Nos anos 1990, em meio a uma conjuntura marcada pelo processo de liberalização da economia nacional e pela ausência de uma política de desenvolvimento industrial, com o esvaziamento da instituição coordenadora do planejamento regional, os maiores estados nordestinos, como Bahia, Ceará e Pernambuco, iniciaram uma estratégia de concessão de incentivos, a conhecida “guerra fiscal”. Essa política de atração de indústrias, por meio da renúncia dos tributos, logo depois seria adotada pelos demais estados.

Com essa nova conjuntura, o Nordeste e, conseqüentemente o Estado da Paraíba, tornou-se um terreno fértil e campo de promessas para o empresariado. O encontro do capital nacional e internacional com uma força de trabalho não especializada, com alta capacidade de flexibilização e agentes políticos comprometidos com o processo de tecnificação do território e da região, colocaram a Paraíba no centro da divisão nacional e internacional do trabalho. Nessa lógica de reorganização da dinâmica produtiva, o binômio capital trabalho passa a se revelar de forma clara, no qual a tônica capitalista busca se reinventar, explorando os novos mercados regionais emergentes.

A iniciativa controversa coincidiu com um período no qual indústrias do Sul e do Sudeste buscavam resolver problemas causados pelas deseconomias de aglomeração nos grandes centros, migrando para espaços menos saturados a fim de reduzir os custos de produção em outras regiões. Muitas empresas intensivas em mão de obra, como as da indústria têxtil e de calçados, deslocaram-se para o Nordeste, aproveitando as vantagens fiscais e os salários mais baixos. Como

todas as unidades federadas, mesmo fora do Nordeste, passaram a conceder incentivos semelhantes, as facilidades foram relativizadas e, na prática, a “guerra fiscal” rapidamente foi enfraquecendo até esgotar seu ciclo inicial (CARVALHO, 2018, p. 8).

Os circuitos de produção e os círculos de cooperação são controlados por múltiplos agentes internos e externos ao lugar, demonstrando as relações verticais que o lugar estabelece com diversos subespaços para efetivar a produção, isto é, as relações em rede e que Thompson (1978, p. 12) afirma ser “identidade de interesses entre si”.

Neste cenário, a Paraíba tornou-se um dos territórios que sofreu as maiores e mais profundas transformações no transcorrer das décadas de 1980 e 1990, seja na esfera econômica, política, social e cultural. Nota-se que tais transformações são parte das ações políticas dos agentes que concebem a dinâmica do território, sendo capaz de estruturá-lo para atender as dinâmicas da nova acumulação capitalista, mas sem alterar de forma radical as estruturas de desigualdades existentes, no sentido de manter as relações de poder e hegemonia historicamente estabelecidas como forma de dominação.

No esteio do desenvolvimento econômico e industrial da Paraíba essa relação desigual imposta pela lógica capitalista é evidenciada na própria distribuição espacial da atividade industrial do estado.

De acordo com Mendes et al. (2012) o desenvolvimento das atividades industriais no Estado da Paraíba ocorreu de forma bastante concentrada apenas nas regiões de João Pessoa e Campina Grande. Em 2007, estes dois municípios corresponderam sozinhos por 82, 44% das receitas geradas pelo setor industrial no estado. Em João Pessoa, a maior concentração de empresas está relacionada à produção de alimentos, bebidas, produtos têxteis, minerais e construção civil. Por sua vez, Campina Grande destaca-se pela inovação em setores tradicionais da economia regional, principalmente na produção têxtil, de couros e calçados, bebidas, e desenvolvimento tecnológico. Além desses dois municípios, cita-se também as cidades de Guarabira e Patos, que juntas corresponderam em 2007 a 3,37% e 2,95% das receitas geradas pelo setor.

Outro aspecto a ser considerado no contexto econômico atual da Paraíba é o reduzido grau de diversificação da atividade industrial no contexto da distribuição espacial dos municípios, cujas causas podem estar relacionadas tanto ao baixo interesse de investimento nessas regiões, como também aos reduzidos índices de desenvolvimento humano apresentados.

São poucos os municípios dotados de distritos industriais, dos 223 municípios existentes, apenas 13 possuem polos industriais, sendo eles: João Pessoa, Santa Rita, Conde, Alhandra, Rio Tinto, Mamanguape, Guarabira, Campina Grande, Queimadas, Taperoá, Patos, Souza e Cajazeiras. Entre estes, apenas quatro possuem mais de um polo industrial: João Pessoa, Conde e Guarabira, com dois distritos industriais cada; e Campina Grande, cidade com centro tecnológico de ponta do estado, com mais de dois distritos industriais (MENDES et al., 2012, p. 52).

Essa lógica da desigualdade espacial do setor industrial na Paraíba demonstra o pouco interesse no amplo desenvolvimento regional, apontado para a urgência em

se pensar sobre as intenções do capitalismo como sistema de apropriação da força de trabalho com ênfase apenas na acumulação.

De acordo com Lamb (2011, Apud MARX, 2002) o ser humano desenvolve-se enquanto sujeito histórico ao transformar a natureza, despertando suas faculdades inatas de conhecimento. A fábrica se constitui como processo moderno desse desenvolvimento, que, no entanto, constrói o sujeito submetido ao controle da maquinaria, produção e consumo de mercadorias. Sua transformação não mais acontece pela experiência interativa e criativa com a natureza, e sim, pela exploração do trabalho na fábrica capitalista.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO NA PARAÍBA: ANÁLISES ENTRE OS ANOS 80 E 90 DO SÉCULO XX

Nesse tópico discutiremos sobre a dinâmica do mercado de trabalho no setor industrial no Estado da Paraíba. Dessa forma, ao traçarmos um panorama geral sobre o desenvolvimento industrial paraibano, considerando seus diferentes ciclos econômicos, faz-se necessário também, mesmo que sucintamente, abordarmos os impactos dessas mudanças no mundo do trabalho, cuja relação ocorreu de forma simbiótica a expansão da lógica capitalista estabelecida no bojo das transformações sócio-históricas na transição do século XX no Brasil.

Aqui, novamente há uma profunda necessidade em buscar na análise historiográfica alguns, mas logicamente não todos, dos elementos que conduziram a dinâmica do mercado de trabalho nas últimas décadas e, conseqüentemente, alcançaram o Estado da Paraíba como parte estruturante da nova ordem econômica estabelecida no Brasil.

Oliveira (2003) aponta que parte significativa das mudanças históricas e sociais ocorridas no Brasil no século XX, advém das próprias transformações no cenário econômico nacional, com destaque principalmente para o período compreendido após a revolução de 1930, no qual se instala de forma mais intensa o processo de industrialização e as novas relações de trabalho passam a tomar novos contornos estruturais. Essas mudanças no panorama estabelecido entre o binômio capital-trabalho têm como principal consequência a transição de uma economia do tipo agrário- exportadora para a urbano-industrial.

Dentro desse contexto de mudanças, a economia nordestina, caracterizada predominantemente pela pequena produção de subsistência e pelo latifúndio agrícola (produção de cana-de-açúcar, algodão, cacau) e/ou pecuário (gado bovino, principalmente), ambos pouco intensivos em capital, começou a perder importância relativa no contexto nacional e a se tornar uma economia complementar à economia da região Sudeste, que se configurava como o polo dinâmico da acumulação de capital do país. Essas mudanças fizeram com que o Nordeste passasse a ser fornecedor de mão-de-obra, de produtos agrícolas, de matérias primas, de insumos e, em alguns momentos, de alguns produtos industriais, geralmente bens de consumo não-durável, como têxteis, calçados e alimentos, para empresas sediadas no Sudeste (ALVES; ASSIS, 2014, p. 14)

Esse processo teve como consequência primária a elevação do êxodo rural, fazendo com que grandes contingentes populacionais saíssem da Região Nordeste, incluindo obviamente a Paraíba, para a Região Sul e Sudeste do Brasil. Dentre os

fatores associados a essas mudanças na dinâmica do trabalho e da produção, estão a modernização da agricultura, o aumento da oferta de emprego no setor industrial e uma dependência elevadíssima de mão de obra subqualificada para atender ao famigerado crescimento da construção civil (MAGNOLI; ARAÚJO, 1996).

Além desses fatores, outros elementos sociodemográficos contribuíram significativamente com o aprofundamento das desigualdades e desestruturação do mercado de trabalho na Paraíba, a exemplo das relações de poder pouco equilibradas entre a região Nordeste e Sudeste. Essa disparidade inter-regional é caracterizada principalmente pela alta concentração de renda em um único polo desenvolvimentista, enquanto no Nordeste brasileiro, ampliou-se os problemas típicos que inviabilizam seu crescimento, como a exclusão da dinâmica econômica nacional, os elevados níveis de analfabetismo, os problemas climáticos (secas severas, escassez, miséria etc.) e os conflitos ligados principalmente aos movimentos sociais de luta pela terra e reforma agrária (OLIVEIRA, 2008).

Contrariando sensivelmente este cenário de pouca visibilidade, precariedade e tensões no âmbito político regional, Alves e Assis (2014, p. 14) apontam que:

Entre 1960 e 1980, verificou-se um processo de desconcentração espacial das atividades econômicas (inclusive industriais), atingindo positivamente o Nordeste, que (no segmento industrial) de tradicional produtora de bens de consumo não-duráveis (têxtil e alimentar, principalmente), começava a se especializar na produção de bens intermediários (química e petroquímica) e no desenvolvimento de polos agroindustriais, mas ainda mantendo o caráter de economia complementar à tradicional indústria do Sudeste. Isso foi impulsionado tanto pela ação governamental (incentivos fiscais, investimentos de órgãos e empresas estatais, concessão de crédito, etc.) como pelos investimentos privados, de forma que as atividades urbanas (e dentro delas as atividades industriais) ganharam maior espaço no ambiente econômico regional e passaram a comandar o crescimento da produção regional. Pelo lado governamental, destaca-se o papel desempenhado pela SUDENE, que incentivou e organizou distritos industriais nas capitais e principais cidades, e financiou a implantação de novas indústrias e/ou a modernização das já existentes.

Cabe destacar que o fatiamento dos recursos disponibilizados para o Nordeste na tentativa de reestruturar sua capacidade produtiva e empregabilidade não ocorreu de forma igualitária, tão pouco considerou as profundas desigualdades sociais existentes em seus mais distantes rincões. Dessa forma, os investimentos ficaram concentrados nos estados, capitais ou cidades com maior potencial de desenvolvimento econômico. Na Paraíba, conforme salientamos outrora, os maiores aportes financeiros foram destinados principalmente aos municípios de João Pessoa e Campina Grande.

Dessa forma, com a reestruturação econômica ocorrida no Brasil a partir da década de 1980 e 1990, motivada principalmente pela implementação do Plano Real, a composição regional do emprego na Paraíba foi consideravelmente alterada. Para fins comparativo, conforme apontam dados do Ministério do Trabalho e Emprego, na década de 1980 a Paraíba tinha cerca de 232.963 trabalhadores formais. Em 1995, o Estado alcançou um total de 4.308.434 empregos. Seguindo a mesma tendência das décadas anteriores, em 2002 a dinâmica do mercado de trabalho paraibano atingiu um total de 375.537 trabalhadores.

Conforme apontam esses números, o crescimento do emprego na Paraíba apresentou pequenas variações em sua composição nas últimas décadas. Essa mudança no perfil da composição do emprego pode indicar uma sensível alteração na própria dinâmica produtiva do Estado, com reflexos associados principalmente a elevação nos níveis de escolaridade. Entretanto, a análise comparativa dos níveis de formação para atuação na indústria e os demais setores da economia é extremamente desigual.

Apesar desses dados, mesmo que sinteticamente, indicarem um processo de mudança em curso no contexto econômico do Estado da Paraíba, com ênfase principalmente na indústria de transformação, eles também apontam para um cenário de profundas desigualdades, revelados tanto na baixa qualificação profissional como fator desestruturante, como também no reordenamento dos currículos, que visam em suas entrelinhas orientar a educação para atender as necessidades escusas do modelo econômico capitalista.

Ao analisar as políticas desenvolvimentista no Estado da Paraíba, Cavalcanti et al. (2011, p. 142) afirmam que:

O desafio a ser enfrentado pela sociedade paraibana pode ser sumarizado em duas metas: crescer sua renda per capita em ritmo superior à média nacional e eliminar a pobreza e o analfabetismo. Para tal epopeia se faz necessário superar um conjunto de 12 gargalos internos, que estrangulam o potencial da economia estadual, agravam ameaças externas e bloqueiam/atenuam as oportunidades: 1) precária qualidade na formação educacional; 2) inadequado perfil da qualificação profissional; 3) inadequado perfil da pesquisa científico tecnológica; 4) insuficiente grau de integração do sistema de inovação local; 5) defasado padrão de especialização produtiva e tecnológica local; 6) precariedade e inadequação do perfil da infraestrutura física; 7) reduzida disponibilidade de financiamento para o setor privado local; 8) reduzida capacidade fiscal e financeira dos governos estadual e municipais; 9) reduzida eficiência/eficácia/efetividade da gestão pública; 10) envelhecimento da infraestrutura institucional; 11) adversas condições políticas; 12) adversas condições naturais.

Neste sentido, as problemáticas levantadas anteriormente reforçam a ideia de que o cenário econômico do Estado da Paraíba esteve historicamente desvinculado dos interesses econômicos nacionais. Desta forma, evidencia-se que a baixa expressividade do setor industrial está relacionada principalmente à ingerência governamental em propor e desenvolver políticas eficazes de autofinanciamento e estímulo ao desenvolvimento econômico e industrial regional. Portanto, frente a dinâmica econômica global, a indústria paraibana é caracterizada pela baixa competitividade e manutenção de arranjos produtivos básicos (bebidas, alimentação, vestuário, calçados, minério), refletindo os reduzidos investimentos tecnológicos e a dependência típicas de uma economia periférica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos traçados neste trabalho visaram desenvolver uma análise sobre processo de industrialização ocorrido na Paraíba, demonstrando que o seu

desenvolvimento se constitui primariamente, em uma economia de cunho essencialmente agrícola, baseada na produção açucareira, na pecuária de subsistência e na cultura algodoeira. No mesmo sentido, pode-se afirmar ainda que o desenvolvimento industrial do Estado tem suas bases historiográficas assentadas em um intenso contexto de dominação étnico-cultural, no qual a lógica dominante baseia-se na exploração massiva e sistemática tanto do espaço geográfico, como também da mão de obra escravocrata e indígena aqui existente.

Essa condução histórica descortina, no contexto socioeconômico atual, muitas das profundas desigualdades ainda predominantes na Paraíba, revelando, sobre o prisma da historiografia, que a lógica prevalente que vem sendo implementada no Estado é aquela estabelecida pelo interesse capitalista, no qual pouca ou nenhuma relevância é expressada aos “de baixo”.

Dessa forma, portanto, mesmo considerando as mudanças no perfil econômico paraibano nas últimas décadas, o desenvolvimento industrial regional ainda continua sendo caracterizado como dependente e com uma organização espacial demasiadamente desigual, em que são evidenciados, por um lado, regiões nas quais constata-se consideráveis níveis de desenvolvimento e, por outro, aparecem espaços nos quais prevalecem as desigualdades sociais, econômicas e culturais típicas de uma região marcada historicamente pela escassez e pelos interesses hegemônicos que persistem desde os primórdios da formação sócio-histórica e econômica do Estado da Paraíba.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. P. **Tecendo memórias, fazendo histórias: mulheres e trabalho têxtil em Campina Grande-PB entre 1960 e 1990**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2015.

AGRA FILHO, L. B. **O desenvolvimento econômico no contexto da industrialização na Paraíba: engenhos, curtumes e tecelagens**. Partes, 2011. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/o-desenvolvimento-economico-no-contexto-da-industrializacao-na-paraiba-engenhos-curtumes-e-ecelagens/56888/>. Acesso em: 02 ago. 2021.

ALBUQUERQUE, D. D. B; TARGINO, I. A evolução da indústria de transformação da Paraíba na década de 2000. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Recife: UFPE, v. 15, p. 129-150, 2016.

ALVES, J. S.; ASSIS, R. S. A dinâmica do mercado de trabalho paraibano nas décadas de 1990 e 2000. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R. (org.). **Dinâmicas atuais do trabalho na Paraíba: leituras sociológicas**. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. **Relação Anual de Informações Sociais ação Anual de Informações Sociais – RAIS**. Brasília: disponível em: <http://trabalho.gov.br/rais>. Acesso em: 11 out. 2021.

CAVALCANTE, J. B; FEITOSA, C. O. A importância da SUDENE para o desenvolvimento regional brasileiro. **Revista Política e Planejamento Regional Rio de Janeiro**. vol. 6, nº 2, maio a agosto de 2019, p. 226 – 247. Disponível em: <https://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/A-importancia-da-SUDENE-para-o-desenvolvimento-regional-brasileiro.pdf>. Acesso em: 05 set. 2021.

CARVALHO, C. P. de O. O Desenvolvimento da Região Nordeste nos Anos Pós-Sudene (2000-2016). **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 39, n. 134, p. 21-36, 2018.

CAVALCANTI FILHO, P. F. M. B. et al. Os Grandes Projetos Federais na economia paraibana e a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento. In: APOLINÁRIO, V; SILVA, M. L. (Org.). **Impacto dos Grandes Projetos Federais sobre os Estado do Nordeste**. Natal: Editora UFRN, 2011.

DECCA, E. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

FEITOSA, A. J. **Adoçar, Vestir e Calçar: Uma discussão historiográfica da indústria na Paraíba**. João Pessoa: TCC - UEPB, 2010.

FREYRE, G. **Casa-grande e Senzala**. 42. Ed. Rio de Janeiro: Record. 2001.

FURTADO, C. **Formação econômica da América Latina**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969.

GONÇALVES, F. O. et al. **Efetividade dos incentivos fiscais à indústria sobre o volume de empregos e a massa salarial: um estudo do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba**. Anais do XXIII Encontro de Economia Regional, 2018. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/novosite/br/xxiii-encontro-regional-de-economia--atigosselecionados>. Acesso em: 10 de set. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

HERCKMANS, E. Descrição geral da Capitania da Parahyba. **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano**, v. V, n. 31, Recife: Typographia Industrial, 1886. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:herckmans-1879-paraiba>. Acesso em: 28 ago. de 2021.

LAMB, A. S. **Estudo preliminar da fábrica capitalista e seu impacto sobre a vida operária em Panambi**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

MARX, K. **O Manifesto do Partido comunista**. São Paulo: Global, 1987.

MAGNOLI, D.; ARAÚJO, R. **A Nova Geografia: Estudos de Geografia do Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 1996. 378 p.

MENDES, C. C. et al. **A Paraíba no contexto nacional, regional e interno**. Rio de Janeiro, IPEA, 2012. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15454. Acesso em: 29 set. 2021.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista, o ornitorrinco**. São Paulo: Bom tempo, 2003.
_____. **Noiva da revolução; elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classes**. São Paulo: Boitempo, 2008.

POLARI, R. S. **A Paraíba que podemos ser: da crítica à ação contra o atraso**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2012.

PEREIRA, W. E. N. Breves notas acerca da formação histórico-econômica de Campina Grande: do gado (século XIX) ao algodão (século XX). **Revista História Econômica e História de Empresas**. V. 19, n. 2, p. 295-346, 2017.

POCHMANN, M. Capitalismo e desenvolvimento. In: **Brasil sem industrialização: a herança renunciada** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, pp. 16-64.

CARVALHO, R. G; MOREIRA, I. T; FARIAS, W. Desempenho da Economia Paraibana no Início do Século XXI. **BNB Conjuntura Econômica**, v. 5, p. 307-333, 2019.

SILVA, R. F. C, (Org). **Paraíba 2000 - 2013**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural Ltda, v. I, 1996.

SOUSA, L. G. **Movimentos da Vida**. João Pessoa. Ed. Universitária. 1996.

THOMPSON, E. P. **A Formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primordialmente pelo dom da vida e por tudo que me proporcionou e proporciona todos os dias, agradeço também a Virgem Maria por ter me dado a força necessária para não desistir nos momentos difíceis da jornada acadêmica.

Aos meus pais, Aldo Nélio e Lucilene, que são o meu alicerce e força, os que acreditam em mim incondicionalmente e que me amam sem medida, esse amor é recíproco, puro e verdadeiro. Vocês não tiveram a oportunidade de estudar, mas sempre foram o maior exemplo de incentivadores aos estudos que um filho poderia ter.

Aos meus irmãos, Álvaro e Alisson, que me arrancavam risadas mesmo nos momentos mais inoportunos. Agradeço em especial ao meu irmão do meio, Álvaro, que foi/é o meu guru, que lê meus textos, diz quando não está bom, mas também não mede as palavras quando algo está agradável.

Agradeço imensamente a irmã que a UEPB me deu e que o amor pela História fez com que nossos destinos se cruzassem, Letícia, minha amiga de classe, estávamos sempre juntas, nos momentos de estudos, de alegrias e tristeza no curso. Já passamos por “tiroteio” na instituição e estávamos lá juntas estudando a questão Israel versus Palestina, coincidência que nos arrancou risadas depois do caso passado, você foi e é fundamental em minha vida, seremos sempre Chris e Greg, como todos os colegas de classe nos chamávamos. Obrigada por toda ajuda que você me deu e tem dado.

Serei infinitamente grata a minha orientadora, Patrícia Aragão, professora de uma generosidade sem medidas de um coração enorme e de uma humildade gigantesca, gratidão pelo incentivo, orientações e por fazer despertar em mim o amor pela educação e pela história.

Meus sinceros e profundos agradecimentos ao primeiro professor que me acolheu e acreditou em mim, Matusalém, o senhor me ajudou em um momento crucial na minha jornada acadêmica.

Sou extremamente grata também a professora Auricélia Lopes e ao professor Roberto Muniz pela experiência no PIBID de História e por todo o conhecimento em teoria da história a mim transmitido vocês são geniais.

Gratidão ao professor José Junior por ter transmitido seus ensinamentos com tanta maestria, por sempre abrir os meus olhos em relação a jornada acadêmica.

Agradeço as minhas amigas Emília, Natália e Thaís o PIBID nos uniu e nos tornamos a equipe mais unida e criativa, a generosidade de vocês é ímpar, levarei para o resto da minha vida.

Agradeço a minha amiga de classe Milena Dôso por me dar a honra de compartilhar sua inteligência e por ser tão sensata e pontual em suas colocações. Obrigada pelas conversas desinibidas.

Minha gratidão a Bianca, Ruth, Poliana, Hellen por acreditarem em mim e por me admirarem enquanto mulher, professora e pessoa, muito grata a Deus por tê-las em minha vida.

Gratidão a minha amiga e excelente profissional na qual tenho imenso orgulho de trabalhar na Escola Cidadã Integral, Helenize, você é ímpar.

Por fim, gratidão a minha psicóloga Wandina que ajudou a me reerguer, por me amparar e me entender.